

ACTA NÚMERO 16
SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2008

Aos 26 dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, reuniu, pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Celso Pimenta de Freitas, Dra. Angelina Teixeira e o senhora Dra Olívia Carvalho que substituiu nesta sessão o primeiro secretário.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Eng. Carlos Silva, Dr. Amadeu Magalhães, e Dr. Ricardo Martins, respectivamente Presidente e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Celso Pimenta de Freitas, Ercília Gonçalves da Costa, Abel Coelho, **Manuel Cândido Mendes Costa**, António Jorge Pereira da Silva, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Alberto Joaquim Sampaio Pinto, Olivia da Conceição Carvalho, José Emanuel Queirós, Raimundo Magalhães Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Maria Rosa Castro Estebáinha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Joaquim Cândido Leite Moreira, Joaquim Ribeiro Baldaia, José Manuel Azevedo, Marco Tiago Carneiro, Carla Babo, Maria José Quintela Castelo Branco, José da Silva Lima, **Hernâni Carneiro**, Joaquim José Macedo Teixeira, **Elisa Antunes**, Sérgio Lima da Cunha, António Teixeira Mendes, Pedro Simão Mota Marinho, Manuel António Carvalho Nogueira, Aristides Miranda, Fernando Carlos Gonçalves Cerqueira, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro e António Júlio Vasconcelos Moreira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ABOIM – Agostinho Moura
ABOADELA – João Pinheiro
BUSTELO – Manuel Ribeiro Lage
CANADELO – Manuel Claro
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo Silva Ribeiro
CARVALHO DE REI – Ilídio Pinto

CHAPA – António Cândido Pinheiro
FIGUEIRÓ (S. TIAGO) - Daniel Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – António Magalhães Teixeira
FREIXO DE BAIXO – Armando Moura Maia
FREIXO DE CIMA – Abilio Neves
FRIDÃO – José Joaquim Magalhães Teixeira
FREGIM – **Faltou**
GATÃO – Joaquim Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
S. SIMÃO – Eduardo Pinheiro
JAZENTE – Manuel da Silva Pinheiro
LOMBA – Paulo Vasconcelos
LOUREDO – **Substituído pelo Tesoureiro Domingos Pereira**
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – Carlos Pereira
MANCELOS – **Faltou**
OLIVEIRA - José Leite Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro
PADRONELO – Luís Ribeiro da Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Machado Meireles
SALVADOR – António Pinheiro
SANCHE – Henrique Jorge Monteiro
TELÕES – Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – Abilio Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Contados os elementos presentes na sala, verificou-se que havia quorum para se poder dar início aos trabalhos.

Justificaram em devido tempo as suas faltas os senhores: António Jorge Vieira Ricardo, Acácio Carlos Silva Magalhães, Carlos Alberto Mendes Magalhães, Joaquim Ribeiro Sousa e Castro.

Seguidamente foi dada a conhecer a correspondência recebida até esta data.

Deram de seguida entrada na Mesa da Assembleia 2 Moções, subscritas pelo senhora deputada do BE, Elisa Antunes, sob título “Combate à pobreza” e uma outra relacionada com a “anunciada revisão pelo Governo do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional”. Ambas foram lidas pela Secretária da Assembleia Municipal e encontram-se nos anexos desta acta.

Foram, depois de terminada a leitura postas à discussão. Inscreveram-se:

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que a primeira Moção lhe parecia válida. Contudo, com a análise atenta ao texto verificou que na

prática não era exequível e que também colidia com acções lançadas de âmbito nacional. Continuou a sua intervenção dizendo que o combate à exclusão não passa por estudos mas sim por acções concretas e práticas. Todas as associações de combate devem estar em sintonia e sempre que possível trabalhar em rede. Devem ser aproveitados, em conjunto, todos os meios sejam eles financeiros ou não.

Desta forma votam contra porque afinal a Moção ultrapassa aquilo que inicialmente julgavam que ela traria.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra começou por dizer que aquilo que a senhora deputada Elisa Antunes diz na sua intervenção é verdade. Cada vez mais se verifica que parte do 25 de Abril está por cumprir. A região Norte não tem sido olhada da mesma maneira que o resto do país. O desemprego não baixa e as condições de vida não melhoram, verificando-se um rendimento per capita muito baixo. Há um forte desinvestimento na região Norte. Oxalá o QREN traga novas perspectivas para uma região cada vez mais abandonada. Cada vez se vê menor coesão social. Votarão contra a Moção.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra disse que é de considerar aquilo que o BE diz na Moção. É um problema que afecta a sociedade e a mina por dentro. Votará favoravelmente não por solidariedade com o BE, mas sim com todos aqueles que precisam de apoio.

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS

No uso da palavra começou por dizer que quem ouviu as intervenções anteriores, fica com a ideia que nada tem sido feito pelos mais desfavorecidos. Foi criada uma rede social que funciona bem. Os recursos têm sido usados de uma maneira rigorosa e criteriosa. Não quer com isto dizer que se devesse fazer mais e melhor, mas o que tem sido feito está a dar frutos. Não aceita propostas onde se diz que nada tem sido feito. Há neste momento planos em curso. Nunca, como na actual legislatura, se criaram mecanismos para que esses problemas fossem minimizados.

Não podemos é continuar a brincar à caridadezinha. As grandes questões não se resolvem com acções de época, mas sim executando essas boas acções todos os dias. Tudo anda à volta das condições do dia a dia que não são sempre as mesmas o ano todo. Não quer com tudo isto dizer que os pressupostos da Moção que agora se discute estejam errados. Agora, a situação também não é assim tão dramática. Não vai votar contra. Vai abster-se porque em termos gerais a proposta não é má.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra disse que o texto da Moção diz tudo e é obvio demais. Não apresenta soluções nem coisas novas. Apenas pede alterações, aumentos e reforços, o que só prova com isto que afinal não disse que as coisas não existiam. As suas palavras provam precisamente o contrário. Não falou do Porto, mas sim de todo o distrito do Porto que

está cada vez mais pobre. Podia-se, na sua óptica fazer mais e melhor. Não aponta nada que não seja possível.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

Está de acordo com as palavras da Senhora deputada Elisa Antunes. Vai votar a favor. O problema dos subsídios tem funcionado mal e muitas vezes são distribuídos a quem menos precisa. O Governo tem feito, ainda que pouco, algo para acabar com a pobreza. Deve continuar. Por outro lado, as pessoas muitas vezes não querem trabalhar. Recusam constantemente trabalho porque muito que lhes é oferecido é aos fins de semana. As Juntas de Freguesia têm algumas culpas porque passam declarações, que levam a que as pessoas recusem o trabalho.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que se vai auto afastando. Referiu-se de seguida às intervenções anteriores dizendo que se falou muito do assunto, sem se ter por vezes a noção da verdadeira realidade. A Dra. Elisa Antunes referiu o assunto, mas para alguns parece que ela levantou um falso problema. Ela trouxe o assunto bem fundamentado e não disse nada que todos não soubéssemos. O Partido Socialista neste momento com as acções que está a levar a efeito não resolve o problema de fundo, não “cura o doente”. A senhora deputada consubstancia o seu pensamento e como tal vai votar favoravelmente a Moção. Como não alinhado que é votará em consciência e por isso vai votar a favor da Moção.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da Moção. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 24

ABSTENÇÕES – 25

VOTOS A FAVOR – 15

Perante o resultado apurado, a Moção foi rejeitada.

Foi de seguida lida uma outra Moção sob o tema “**Reserva Ecológica**”, onde o BE solicita que “qualquer revisão do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional seja precedida dum amplo debate publico”.

Usaram da palavra os senhores:

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra disse que este assunto é mais uma recomendação. Está de acordo com ela. Tudo o que hoje se verifica é o resultado de uma falta de políticas nacionais. Tudo isto resulta da falta de planeamento territorial. Não há a obrigatoriedade da limpeza das matas. Cada um planta o que quer. Plantam-se resinosas por todo o lado. Vai brevemente começar mais uma época de incêndios e muito trabalho para os bombeiros. Mais uma vez vamos assistir aos mesmos filmes dos anos anteriores. Os Planos de Investimento Nacionais aprovados

automaticamente, encobrem muita coisa. Provavelmente a recomendação não vai valer de nada, mas fica pelo menos a recomendação.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que não percebe muito bem o que é que a Elisa Antunes quer dizer com esta Moção. Não faz sentido aprovar a carta ecológica sem um amplo debate. É importante saber se a discussão deve ser ou não estendida aos municípios. No fundo, este documento é uma não proposta

Seguidamente, a senhora deputada **Elisa Antunes** usou de novo a palavra para dizer que não percebe o porquê desta discussão. O sentido das palavras é aquele que lhe queremos dar. O sentido das suas palavras é aquele que está na Moção. Ela apenas apresenta na Moção uma parte do problema.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi posta à votação a Moção. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 33

VOTOS A FAVOR – 29

Os textos das duas Moções encontram-se nos anexos desta acta.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra neste período da Assembleia os senhores:

PROF^a ROSA CASTRO – AFT

O texto da sua intervenção encontra-se nos anexos desta acta e diz respeito à segurança nas escolas

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

No uso da palavra, disse que finalmente chegou o dia glorioso - 7 de Março de 2008. Foi finalmente absolvido dos actos que impunemente lhe têm sido imputados. Dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara alertando-o para o modo pouco ético como o tem tratado. Usa métodos que já não se usam. É inconcebível que se tenha acusado à Ordem dos Engenheiros um técnico conceituado, que afinal ganhou o processo de que era acusado. Continuou a sua intervenção, dizendo que foi acusado de criminoso por alguém que não tinha o direito de o fazer. Gosta mais do rio do que se calhar aqueles que sempre o acusaram.

Na sentença, é acusada a Câmara e outros organismos. Sempre pediu à Câmara que lhe deixasse ligar o colector de hidrocarbonetos ao saneamento mas nunca lhe foi autorizado. Disse também que o posto de

combustíveis do Arquinho é do mais ilegal que neste momento existe e não parece haver ninguém preocupado com isso. Não percebe como é que se vai alterar um projecto de remodelação de toda aquela área, só porque aquele posto tem licença até 2011. Adaptem-se os processos à lei e não o contrário. Terminou a sua intervenção para dizer que vai lavar a sua honra do a quem doer. Deixou cópia da sentença do Tribunal e um esquema da estação de tratamento de hidrocarbonetos do seu posto de combustíveis.

SR. JÚLIO MOREIRA – PSD

O texto da sua intervenção encontra –se nos anexos desta acta onde poderá ser lida na integra e foi iniciada com a frase “como bem se lembram na última Assembleia, tive a veleidade de vir defender a Barragem de Fridão”.

DR. ABEL AFONSO – PSD

A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta, onde poderá ser lida na integra. É manuscrita e inicia-se com a frase “Viveu-se o 25/04/74 como uma utopia colectiva, na esperança , diria mesmo na convicção absoluta da construção de uma sociedade mais justa, mais solidária, mais homogénea na distribuição da riqueza e de regalias sociais”.

DR. ABEL COELHO – PS

A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta, onde poderá ser lida na integra.

Alertou para o facto de ter de dividir a sua intervenção em dois momentos. Começou por dizer que uma grandes conquistas do 25 de Abril que agora se comemora, tem a ver com a conquista do poder autárquico. Disse também que os pobres de hoje são os remediados do antigamente. A utopia é incompreensível.

Seguidamente disse que os senhores Vereadores deviam estar presentes nas sessões da Assembleia e usar da palavra, devidamente autorizados e sem direito a voto, aliás o que vai de encontro à lei. Assim, solicitou ao senhor Vereador Carlos Silva que explicasse a proposta que subscreveu, aprovada em reunião de Câmara, proposta essa que retirou poderes ao senhor Presidente da Câmara. De imediato o senhor Vereador engenheiro Carlos Silva, disse que não tinha que dar qualquer explicação, porque aquilo que tinha de ser dito estava na sua proposta. Por outro lado, não tem obrigação nenhuma de dar qualquer explicação. A sua participação política resume-se à actividade nas reuniões da Câmara Municipal. De pronto, o Dr. Abel Coelho disse-lhe que no âmbito das funções que exerce o senhor Vereador é obrigado a dar explicações até porque a Lei 169/99 a isso o obriga. A prática politica do senhor Vereador Carlos Silva move-se pelo ressentimento e pelos vistos encontra adeptos à sua volta. Os vereadores João Sardoeira e Avelino Ferreira Torres, são tão irresponsáveis como ele. Lamenta que o PSD esteja a dar cobertura a este processo.

O caso mais caricato passou-se com o estudo de mobilidade em Amarante. Depois de tanto estudo, o PSD acabou por dizer que não era preciso votar o documento. São estas afinal as grandes decisões do PSD. É preciso que o Presidente do PSD ponha regras nesta forma de agir. Isto é indecoroso, até porque começa a haver um complexo de inferioridade do PSD. Se pensam que desta forma desmotivam a Câmara, estão enganados, porque situações destas motivam e provocam a luta. Terminou a sua intervenção dizendo que julgava que tinha esgotado as suas capacidades na luta que travou na campanha contra o senhor Ferreira Torres, mas sente-se agora mais motivado que nunca para esta luta.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

Começou por dizer que como diz o povo “zangam-se as comadres, sabem-se as verdades”. Chegamos à verdade. De um lado, uma voz grita “democracia”; do outro uma outra voz pede o regresso da inquisição.

Disse ainda que não obteve até hoje resposta a uma carta que enviou à Câmara datada de Junho de 2007.

Referiu-se também aos ataques que tem sofrido, sendo constantemente acusado de que todas as desgraças que hoje existem são todas do tempo do “Teixeirismo”. O que ouviu da boca do Dr. Abel Coelho acerca de alguns intervenientes do PSD deixa-o abismado. É triste ver o estado a que chegou a política em Amarante. O que o Dr. Abel Afonso, e a Elisa Antunes disseram sobre o 25 de Abril é verdade. Esqueceram-se foi de dizer que em Amarante o 25 de Abril parece ainda não ter chegado. Aquilo que ouviu da boca do Dr. Abel Coelho acerca de um colega, neste caso o Eng. Carlos Silva, não tem classificação possível nem cabe num qualquer dicionário. Passam-se coisas estranhas e começam a ouvir-se grilos com canto de cigarra. Não conhece nada acerca do Eng. Carlos Silva. Se quiser coisas acerca dele pergunta-lo directamente. Não é na praça pública que se humilha quem quer que seja. Para o PSD serve o mesmo recado. Terminou a sua intervenção dizendo que preza o senhor Presidente da Câmara como um bom cidadão. Como Presidente da Câmara está a arrastar a situação para um mau caminho.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No início desta sua intervenção, o senhor deputado leu uma proposta subscrita por ele próprio e pelo senhor deputado Dr. Macedo Teixeira, propondo “que na data de 8 de Julho de 2008, o Feriado anual do Município comemorativo da elevação de Amarante a cidade, seja oficialmente assinalado pela municipalidade com uma sessão Solene a realizar no salão Nobre dos Paços do Concelho”. O texto integral desta proposta encontra-se nos anexos desta acta.

Prosseguiu a sua intervenção, referindo-se à acta da sessão anterior no ponto onde foi discutida a delimitação do concelho de Amarante com o de Lousada, para dizer ao Eng. Alberto Sampaio que na sua intervenção não procurou fazer qualquer alarmismo acerca do assunto conforme o senhor deputado refere, mas sim alertar para uma situação que não era muito clara. Entregou ao senhor deputado o texto

da intervenção que fez na altura. De seguida fez um reparo à Mesa da Assembleia questionando o senhor Presidente de modo a saber qual o andamento que os requerimentos do Grupo Municipal AFT tiveram até hoje, nomeadamente no que concerne aos votos de louvor ao Colégio de S. Gonçalo e Bombeiros Voluntários e a um Estudo do Impacto Ambiental da Barragem.

Fez de seguida a leitura de um texto, que está anexo a esta acta sob titulo "BARRAGEM DE FRIDÃO – ÚLTIMO RECURSO POR AMARANTE".

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, a senhora deputada fez uma intervenção que se encontra nos anexos desta acta, relativa aos 34 anos do 25 de Abril e ao "afastamento e desinteresse dos cidadãos pela politica...nomeadamente quando se trata dos mais jovens". Há também na sua intervenção a "manifestação de preocupação com a vida politica em Amarante".

DRA. ELISA ANTUNES – BE

A senhora deputada fez duas intervenções que se encontram nos anexos desta acta. Uma delas diz respeito às comemorações do 25 de Abril, onde diz entre outras coisas que "o 25 de Abril e o processo revolucionário que se lhe seguiu encheram de esperança os portugueses. Muitas dessas esperanças foram cumpridas... outras ameaçadas ou até destruídas, em nome da suposta modernidade, num retrocesso que por vezes se afigura imparável".

A segunda intervenção, também em anexo a esta acta refere-se ao "anúncio para 30 de Abril do concurso público para a construção da Barragem de Fridão".

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que relativamente à Barragem de Fridão, o BE também faz parte da Comissão de Acompanhamento. A Comissão está aberta a sugestões. Admitiu que podiam ter feito mais, mas é importante ouvir primeiro os especialistas e só depois avançar com acções concretas.

Na recente sessão de esclarecimento promovida pela Comissão, a maioria dos senhores deputados municipais nem sequer estiveram presentes. A verdade é que Amarante parece estar alheada do problema. Novas acções vão ser feitas e veremos qual a adesão. Disse também que o estudo do impacto ambiental não está ainda pronto sendo esta uma das preocupações da Comissão que brevemente vai reunir e apresentar novas acções.

Relativamente ao problema do Quartel da GNR, disse que o PSD deu uma conferência de imprensa, onde por incrível que pareça, a Rádio não esteve presente. Nessa mesma altura o senhor Presidente da Câmara, esteve num programa de Rádio transmitido em directo. Perante isto, cada um conclua o que quiser. Nunca o PSD excluiu a hipótese da construção do Quartel na antiga Adega. O PSD propôs um concurso de ideias para aquela área. Com a rejeição da primeira proposta, havia uma

poupança de 200.000 contos. É isso que é preciso ter em conta. Neste momento, os argumentos são muito simples e como tal o concurso de ideias devia avançar, porque não se pode nem se deve perder mais tempo.

Quanto ao Plano de Mobilidade, disse que apenas foi feita a recomendação de elaboração de um Plano de Mobilidade, que não era para ser votado. Perguntou se quem fez o Plano tem credibilidade bastante para o ter feito? Como estão as relações da Câmara com a entidade que fez esse estudo?

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que o que está subjacente ao voto obedece a uma estratégia política. O combate deve ser leal e correcto. Disse que travou grandes lutas com o Dr. Macedo Teixeira, em 1983. Nessa altura era Vereador da oposição e um dos vereadores do PSD quis retirar, sob proposta, poderes ao Dr. Macedo Teixeira. Achou, nessa altura uma atitude indigna. Em 1986, isso voltou a acontecer e o Dr. Macedo Teixeira não participava nas reuniões por ter metido atestado médico.

Neste momento está também contra os factos que agora se vivem. Realizarem-se eleições neste momento nada resolvia, porque se trata de uma questão ética e não política. É pelos partidos que as pessoas obtêm os cargos e não o contrário. As eleições são dos partidos e não das pessoas. As pessoas não mudam por haver ou não eleições. Cada vez mais é preciso alterar a lei autárquica. A actual provoca situações inadmissíveis.

Terminou a sua intervenção dizendo que o Dr. Macedo Teixeira escreve coisas ofensivas no plano pessoal. Se não concorda com o partido que milita devia distanciar-se. Isso sim, é uma forma correcta de estar na política.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que nos domínios da sua consciência manda ele. Não passou procuração a ninguém. Falou livremente numa Assembleia que julga ser livre. Todos são livres e como representante do povo tem o direito e o dever de exprimir as suas opiniões. Não tem dono nem condutor e não admite que o comandem. Estamos em Abril de 2008. Não ofendeu o Presidente do seu partido, nem mais ninguém em particular. Ao senhor Presidente disse o que tinha a dizer cara a cara. A democracia é responsabilidade e também não foi ele que falou em eleições. Agora, percebe que as coisas não andam bem. A forma vale mais que a substância. Terminou, dizendo que sabe que é polémico e incomodo, mas são esses os seus princípios.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, começou por referir-se à intervenção da senhora deputada Elisa Antunes, dizendo-lhe que lembrando-se do Iraque, não se devia ter esquecido do Tibete.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que começava a ficar preocupado com o espírito de Abril. Nestas sessões, são muitas vezes levantadas questões, com as quais se perde demasiado tempo e que não levam a lado nenhum. Perguntou se por acaso todos estamos livres da intolerância? Será que haverá maior intolerância que aquela que agora se verifica entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Carlos Silva?

Continuou a sua intervenção referindo-se ao Quartel da GNR, para dizer que em 1994, quando era Vereador, já se falava num novo Quartel e nas hipóteses da sua localização. Nessa altura se tivesse sido esse o problema, nunca teria sido questionado com a saída da PSP de Amarante.

Fez de seguida a leitura de uma acta da Câmara, onde está escrito que o senhor Presidente fez diligências desde Novembro de 1995, sendo que também é dito que o edifício da cadeia da comarca é exíguo para o futuro quartel. Propõe-se então um terreno em S. Lázaro em terrenos do Moura Basto, referindo a área e preço/m². Foi inscrito em PIDAC em 1997 para estar pronto em 1999. Concluiu a leitura da proposta de então e dos avanços e recuos do processo para perguntar se não há responsabilidade do PS neste processo? Só se lembraram de atacar o Ministro em 2003 quando ele não era do PS? Porque é que a Câmara não procede com o inquilino que agora tem nas suas instalações, como qualquer outro senhorio? Porque é que a Câmara ainda não fez nada desde 1994? Porque é que iam comprar terreno a 13 contos/m² e ainda há bem pouco tempo recusaram a compra de um outro a 7.550\$00/m² por entenderem ser muito caro?

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA - IND

No uso da palavra começou por dizer que a construção da Barragem é um facto consumado e não adianta perder muito mais tempo com isso. Os concelhos afectados têm de ver as suas populações e os seus interesses defendidos. Por isso, é preciso pensar nas contrapartidas.

Disse ao Dr. Abel Coelho que ele se esquece muitas vezes que há direitos democráticos. A situação que hoje se vive na Câmara é inadmissível. Em 1989, 6 meses depois de ter sido eleita, a câmara caiu. Nessa altura, demitiu-se do PS apresentando para isso as suas razões. Com novas eleições, o PS perdeu a maioria, havendo quem tivesse a inteligência de ter convencido o Senhor Vieira Pinto a passar para o lado da Câmara, pedindo-lhe a sua colaboração, isto tudo, dentro de uma determinada tolerância. O actual PS tem de mudar muito em Amarante e acima de tudo tem de abrir-se mais, escutando as opiniões dos outros. Como amante da tolerância quer o melhor para Amarante estando está muito preocupado com este PS.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi então dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer que todos os pedidos de obras para as escolas têm sido atendidos rapidamente. Continua a haver

um forte investimento nas escolas. Quase todas têm material informático razoável. Não se pode é fazer tudo ao mesmo tempo. A seu tempo tudo será melhorado. Os seguros têm resolvido com alguma celeridade o problema do material que numa ou noutra escola foi roubado.

Referiu-se de seguida à intervenção do senhor deputado Jorge Pereira da Silva, dizendo aos presentes que a sentença diz apenas respeito a um processo de descarga de hidrocarbonetos efectuado em 4.10.2006. O Juiz deu como provado o derrame, mas entendeu que não tinha havida negligência ou dolo. Esta sentença é um recurso a uma condenação de um processo de contra ordenação da CCDR. Leu partes da sentença do Tribunal, anexa a esta acta, onde se diz que a entidade que pugna pela licença é a mesma que quer a legalidade. Em resumo, esta sentença apenas diz respeito a um só processo.

Continuou a sua intervenção dizendo que todas as estações de tratamento deviam fazer a separação da água e dos hidrocarbonetos. Só a água é que poderá ir para a rede de saneamento. Os hidrocarbonetos tem de ser tratados por empresas certificadas. Como esse tratamento é caro, cerca de 2.500€ por tratamento, nunca era feito. Peritos dizem-lhe que a limpeza dos filtros tem de ser feita mensalmente. Na última vistoria foi exibida uma guia de transporte ao tratamento com mais de um ano. Daí não haver paradoxo nenhum. A passagem da licença depende da garantia de apenas ir para o esgoto água limpa. Não podem entrar nas ETARS hidrocarbonetos. Nota-se agora que o rio está limpo e já há algum tempo que ninguém vê as descargas de poluentes para o rio. Mas, em devido tempo e por mais que uma vez, toda a gente viu descargas a serem feitas para o rio. É preciso ver bem o que se passa na realidade e aquilo que é analisado pelos tribunais. A Câmara solicitou mais que uma vez ao Tribunal e ao SEPNA que de imediato efectuassem recolhas à saída do esgoto, mas nunca eram feitas atempadamente. Quando chegavam ao posto já pouco podiam fazer. Qualquer dia vai ter de ser a Câmara a contratar peritos para efectuar essas recolhas a tempo e horas. Não quer ver o rio de novo poluído. Desde que sejam dadas garantias que os hidrocarbonetos são tratados, não haverá problema nenhum em permitir que água limpa seja lançada no rio ou nas águas pluviais. Disse também admitir que o Tribunal tenha dificuldade em quantificar e qualificar este tipo de crimes. Não persegue as pessoas, conforme o senhor Jorge quer fazer crer. Persegue situações e situações como esta são vergonhosas. É bom ter o rio conforme o temos hoje. Oxalá que nunca mais venhamos a ter o rio como em 2005, cheio de óleos e com mau cheiro.

O senhor Juiz do Tribunal não tem de saber tudo. Se calhar, devia nestas alturas fazer-se acompanhar de peritos na área do ambiente, para não vir dizer que há paradoxos.

Seguidamente disse ao senhor deputado Júlio Moreira, que fazia bem em redimir-se da opinião que tinha acerca da Barragem, embora continue a dizer que ela será um facto consumado.

Disse de seguida ao Dr. Macedo Teixeira que nunca pronunciou as frases que ele diz que pronunciou. Sempre teve boa conduta para com ele, embora custe perdoar-lhe as opiniões que ele em 2005 escrevia nos jornais, nomeadamente em vésperas de eleições. Eram opiniões

gravosas, maldosas e mal educadas. Neste momento quer apenas pensar que as opiniões que o Dr. Macedo Teixeira ainda vai dando, são justificadas pela doença.

Continuou o período de esclarecimentos, dizendo ao Dr. Emanuel Queirós que o seu discurso, sempre igual, é o discurso da derrota, discurso de quem já dá a construção da Barragem como facto consumado. A Barragem, conforme ele tenta fazer passar não é um facto consumado, embora se deva agir nesta situação com toda a racionalidade. Lutará, enquanto Presidente da Câmara dentro de um esquema legal pela não construção. Lamenta que haja tanta gente na Assembleia que não entenda as coisas assim. Como já conhece a estratégia, sabe que vai ouvir muitas vozes a dizer que a culpa é da Câmara. Vai continuar a ajudar a promover o esclarecimento mas, se a população quiser a Barragem nada poderá fazer contra pois não se considera um D. Quixote.

Disse que está curioso por saber quem vão ser os peritos que vão estar no estudo do impacto ambiental. As decisões impugnáveis são duas: é o estudo do impacto ambiental e a decisão da atribuição da licença de construção e exploração da Barragem. Terminou este esclarecimento dizendo que gostava muito dos últimos cartazes que o BE espalhou pela cidade. Temos de lutar pela continuidade daquele cenário.

Respondeu de seguida às preocupações do Dr. Pedro Cunha, para lhe dizer que relativamente à questão do Quartel da GNR, o PSD não está unido nesta matéria. Basta ver as actas das reuniões de Câmara, para ver como é que o PSD esteve nas votações. Afinal quem tem respondido perante esta questão é a Juventude Social Democrata. O Presidente do partido não encontra rumo. Aliás, isso verifica-se nas decisões que são tomadas pelo PSD nas deliberações. Continuou a intervenção dizendo que houve muita gente que se portou mal neste processo. Gente do PSD e também do PS, nas pessoas de Carlos Encarnação e Armando Vara. A estrutura da GNR também ajudou a complicar o problema. O Presidente do GEPI, também contribuiu para a situação que hoje vivemos. Não se compreende que tenha havido um levantamento de um terreno e o estudo do quartel tenha vindo desenhado para outro. Todas estas situações levaram a que a obra fosse retirada do PIDAC. No meio disto tudo nem sequer se deram ao trabalho de falar com o Presidente da Câmara.

Em Fevereiro de 2003, o PSD votou com o PS para que o quartel fosse construído nas antigas instalações da Adegas Cooperativas. A declaração de voto feita na altura ia no sentido de criticar a política que o governo estava a seguir para estas questões. Mais tarde o PSD vem dizer que a Câmara dará o terreno. A Câmara não ia dar terreno nenhum. O quartel seria construído em direito de superfície com um prazo a ser respeitado. O terreno seria o estritamente necessário. Propôs então a libertação de mais terreno, porque introduziram uma alínea que sugeria a instalação em Amarante de cavalaria. Na última reunião, o senhor Vereador coronel Sardoeira teve um comportamento miserável e desrespeitador. Aliás, ultimamente têm sido tomadas atitudes na reuniões de Câmara inadmissíveis. O PSD não tem rumo e isso é cada vez mais notório. Referiu um protocolo com a Associação de Natação do Norte, protocolo esse levado à reunião de Câmara. Foi entendido pelo

PSD que havia dúvidas e foi o assunto adiado, ficando decido que era necessária a presença de um técnico da Associação de Natação, para melhor esclarecer o ponto número 4 das cláusulas. A discussão começou às 2 horas. Mal se sentou, o senhor Coronel disse que estava tudo bem e que o protocolo estava aprovado. Isto é brincar com coisas sérias. É lógico que o Dr. Amadeu Magalhães não tomou essa posição e faltou à reunião. Foi-lhe injustificada a falta, aliás a primeira vez que isso aconteceu. Habituar-se a lançar lama em tudo que seja dignidade das instituições.

O que foi dito pelo Dr. Abel Afonso no que diz respeito à mobilidade urbana é mentira. Os Vereadores só fizeram elogios ao estudo. O Plano está tão bem conseguido que nem sequer prevê a rotunda da Avenida 25 de Abril com a Rua António Carneiro. Aliás, este plano não traz nada de novo e apenas dá enquadramento às medidas já previstas. Como Plano não é vinculativo em termos legais, mas é-o em termos políticos e por isso deve ser votado. O senhor Ferreira Torres até queria que fosse posto em discussão pública. O Plano foi mandado fazer, custou dinheiro e depois não foi votado. As instituições não foram respeitadas. Que não respeitem o Presidente da Câmara, até admite. Agora que não respeitem a Câmara como instituição é que não admite.

Seguidamente, disse ao BE que neste momento não há condições para serem realizadas eleições. Neste momento, o PSD e o movimento AFT têm condições para fazer cair a Câmara, então que o façam. Aceita o desafio.

DR. ABEL AFONSO – PSD

No uso da palavra, disse ao senhor Presidente que ele devia preocupar-se com as divergências que existem no PS. Em democracia sempre as houve. Nunca o PSD com ele à frente, fará coligações com Movimentos que sejam maus para Amarante. Não tem inimigos, apenas adversários políticos.

O senhor Presidente devia falar da situação que se criou à volta do seu número 2, O Vereador Carlos Silva, mas optou por não responder a nenhuma das perguntas que anteriormente lhe colocou.

Terminou a sua intervenção para dizer que o senhor Presidente deve procurar ser mais esclarecedor e não tentar deitar poeira aos olhos das pessoas.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que o PSD não está coligado com ninguém. O Presidente da Câmara é que por vezes é um ditador. Relativamente ao estudo de 2003 referido na deliberação disse que, neste caso, há responsabilidade de todos. O que é que foi feito da deliberação de 1996, que referia a instalação em S. Lazaro? Então a Câmara não tem responsabilidades nestes 7 anos de atraso?

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

No uso da palavra, o senhor deputado disse que o senhor Presidente não está a ser correcto. Não pode negar os pedidos que foram

feitos à Câmara para a recolha de resíduos dos hidrocarbonetos. Em Agosto de 2006 foi feito um estudo por uma empresa certificada, estudo esse que está também na posse do senhor Presidente da Câmara. As águas saem devidamente tratadas, prontas a enviar para a rede de saneamento. Disse também ao senhor Presidente que ele sabe muito bem que o Posto de combustíveis do Arquinho não está legal. Pediu para pararem de uma vez por todas de dizer que é só ele que deita óleos para o rio.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, começou por dizer que relativamente à Barragem está pronto o estudo de impacto ambiental e o projecto. Apenas está à espera de ver lançado o concurso para a construção da obra.

Continuou a intervenção dizendo que a democracia tem os seus próprios métodos. Não são as pessoas que criam as ideologias. Os partidos são apenas uma das peças da democracia. Não precisa de ir atrás de nenhum partido para expor as suas ideias e pensamentos. Faz-se da Assembleia quase uma arena romana. Não se discutem ideias e quase só se atacam as pessoas. O Eng. Carlos Silva não precisa de se subjugar a nenhum partido para exprimir as suas ideias.

DR. ABEL COLEHO – PS

No uso da palavra, disse que o que está a acontecer é anti regimental. O Período de Antes da Ordem do Dia tinha de acabar com a intervenção do senhor Presidente da Câmara. A regra devia ser essa. Os partidos são o garante da democracia. É em nome de um projecto que o Dr. Emanuel está na Assembleia. Se não estão submetidos a um líder, combatam-no nas reuniões de Câmara. Terminou a intervenção dizendo ao Dr. Abel Afonso, que por maior respeito que tenha por ele, ele não é a pessoa certa para pôr regras no PSD.

Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDNETE DA CÂMARA

Neste período de intervenção, o senhor Presidente da Câmara, começou por dizer que há efectivamente uma grande colaboração entre o Movimento AFT e o PSD. Há uma união de facto. Ainda gostava de ver o Movimento concorrer de novo, se entretanto não conseguirmos extirpar o populismo. É indigno para Amarante ter um Movimento como o do Amarante com Ferreira Torres. Perguntou se Amarante tem andado nas bocas do mundo por boas razões?

Estes movimentos são difíceis de extinguir porque há gente no PSD a apoiar esse Movimento. O PSD, continua a combater o PS em vez de combater o populismo. Continuam a cometer o mesmo erro que cometeram durante a campanha eleitoral. Não é dessa maneira que vão chamar o eleitorado. Nessa altura nem sequer acreditaram nas sondagens, que dizia que o PSD podia ser segundo. A sondagem dizia que

o PS iria ter 16.000 votos e teve-os. O PSD, porque não acreditou e não fez o que devia, ficou em terceiro lugar. Amarante tem de ter uma representação digna. Não pode ter um Presidente que vá para debaixo das árvores despachar.

Amarante não poupou nem deixou de poupar com o quartel. Não iam dar nada a ninguém. Se o PSD quisesse respeitar o acordo de 2003 devia apenas propor alterações ao clausulado. Ninguém impôs ao PSD que aprovasse o Plano tal e qual estava. Tudo era alterável. Na altura deu a conhecer um ofício enviado ao Ministério da Administração Interna. Levou então as novas cláusulas à reunião de Câmara. O PSD embarcou nesta embrulhada e vai ter de sair dela.

Referiu de seguida o Plano de Mobilidade, dizendo que só agora é que o PSD questiona a qualidade da equipa que fez o estudo do Plano, mesmo depois de saber como se comportou o Coronel Sardoeira na reunião. Vêm agora justificar o voto do Coronel Sardoeira.

Mantém tudo o que disse relativamente ao posto de combustíveis do Queimado. Só irão para a rede de águas pluviais ou para a rede de saneamento as águas limpas. O Posto do Arquinho não tem ETAR. É um posto tradicional e só comercializa combustíveis. Esses posto tem de se adaptar à nova Lei. Foi a Direcção Regional de Economia que prorrogou o prazo do alvará por mais 10 anos. Não persegue ninguém. Agora, pode duvidar da legalidade da emissão do alvará.

O Posto de combustíveis do Queimado tinha um tubo directo ao ribeiro do Queimado, tubo esse que está neste momento tamponado. Não podemos é dizer que o Posto do Arquinho tem as mesmas características que tem o do Queimado.

Dr. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Usando a figura regimental da defesa da honra, o senhor deputado disse que as pessoas devem saber que não é com calúnias que Amarante vai para a frente. As referências que por vezes se fazem na Assembleia são indecorosas. Amarante não agradece que se venha para aqui discutir a vida dos outros. Não é o movimento que pensa por ele. Temos de ser honestos naquilo que dizemos. Apenas representa Amarante e os 10.000 votos que o Movimento obteve.

Terminadas as intervenções dos senhores deputados e o Período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período destinado às **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** presente que manifestasse interesse em o fazer.

Assim, usou da palavra o senhor **Coronel ARTUR FREITAS**, que começou por dizer que foi denunciante da situação que quase diariamente se verificava no rio. Fez essa denúncia contra incertos. Entretanto entrou em contacto com o Senhor Presidente da Câmara, que lhe disse que iria selar o Posto. Efectivamente, durante um certo período de tempo as descargas diminuíram. Entretanto, deu-se nova descarga e como cidadão preocupado que é foi ao local, juntamente com o senhor Vereador Carlos Silva ver o que se passava, a quem na altura disse que devia estar presente até que chegasse a GNR, até porque era ele o Vereador do ambiente. Já na presença da GNR, fez-lhes ver a situação. A GNR disse

na altura que não se metesse no serviço deles. Foi mais tarde aberto o aqueduto e novas descargas aconteceram. Havia efectivamente um tubo ligado directamente ao Ribeiro. Terminou a sua intervenção, dizendo que viu in loco as descargas, e que efectivamente o gasóleo lançado ao rio era do Posto do senhor Jorge. Tem imagens e vídeo. Afirmou-o na devida altura e afirma-o agora.

Não havendo mais ninguém do público presente inscrito para usar da palavra, e porque já eram 13.30 horas o senhor Presidente da Mesa propôs a interrupção dos trabalhos, solicitando que o seu reinício fosse feito às 15.30 horas.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – ACTA DA SESSÃO DE 23.02.2008

Inscreveram-se para usar da palavra neste período os senhores:

Ilídio Pinto, que disse que é referido o nome dele nas justificações de falta, quando efectivamente ele esteve presente.

Usou também da palavra o senhor Presidente da Junta de Santa Cristina, que alertou a Mesa da Assembleia para o facto de na acta não constar a sua intervenção respeitante ao Ponto nº 3 da Ordem de Trabalhos, da sessão de 23/02/2008 - **ANÁLISE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONCELHO DE LOUSADA COM O CONCELHO DE AMARANTE.**

Assim, porque efectivamente usou da palavra, imediatamente a seguir à segunda intervenção do senhor deputado Emanuel Queirós, solicita que seja aí transcrita a sua intervenção que se resume ao seguinte:

“No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Santa Cristina disse que se está a perder demasiado tempo com esta discussão, porque está bem claro na documentação que Amarante não perde, nem perdeu, um metro de terreno que fosse. Aliás, as Juntas de Freguesia envolvidas não deixariam ir terreno nenhum para outro concelho. O acordo, que satisfaz os dois concelhos só foi conseguido depois de várias reuniões entre as freguesias envolvidas.”

De seguida usou da palavra a senhora deputada Elisa Antunes, que disse que na página 2 da acta, na sua intervenção onde se lê “dualidade” deve ler-se “qualidade”.

O senhor Jorge Pereira da Silva diz que neste momento está na Assembleia como deputado Independente e não AFT conforme consta na acta.

Por sua vez, o senhor deputado Dr. Emanuel Queirós disse que na acta quando é referido o “senhor Artur Freitas” devia ter-se escrito “ Senhor Coronel Artur Freitas”. Também não está explícita a intervenção que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira fez relativamente à divisão do terreno entre Lousada e Amarante. A divisão é entre concelhos e não freguesias. Não deve passar-se o que se passou com a Anta de Chão de Parada, que hoje aparece em Baião, mas que

todos sabemos estar em território Amarantino. Disse que a data que consta na página 14 da sua intervenção "14 de Maio" deve ser 14 de Março que é o dia Internacional da Luta Contra as Barragens. Terminou a sua intervenção dizendo que continua a haver uma certa preocupação em melhorar os textos das actas, dando-lhe mais algum rigor. Contudo, a qualidade ainda não é a melhor e continua a dar às actas nota negativa.

O senhor Presidente da Junta da Lomba, disse que não consta uma segunda intervenção que na devida altura fez relativa à Barragem de Fridão. O senhor Presidente da Junta de Oliveira, disse que a sua intervenção relativa ao ponto número 3 da Agenda de Trabalhos, não está de todo correcta.

O último inscrito a usar da palavra, o senhor deputado Júlio Moreira, disse que na documentação que recebeu não consta a primeira página da intervenção que efectuou. Foi-lhe dito que houve lapso, mas que o original constava nos originais da acta.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação da acta. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1

ABSTENÇÕES – 12

VOTOS A FAVOR – 55

A acta foi aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA.

Relativamente a este ponto ninguém usou da palavra.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2007

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra. Assim, o documento foi de imediato posto à votação de que resultaram os seguintes valores:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 7 Do BE e do AFT

VOTOS A FAVOR – 51

O documento foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO NO VALOR DE 1.700.000 EUROS PREVISTOS NO ANEXO 4 DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2008-05-15

Relativamente a este ponto, o senhor Presidente da Câmara prestou um pequeno esclarecimento lembrando que, mesmo com este empréstimo, o município está ainda muito longe de atingir a capacidade de endividamento.

Passou-se então à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1 do Dr. Macedo Teixeira

ABSTENÇÕES – 6 do Movimento AFT

VOTOS A FAVOR – 61

O documento foi votado em Minuta tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**.

O senhor deputado Dr. Pedro Cunha fez uma declaração de voto para dizer que depois de tantas acusações que têm sido feitas à oposição, vê-se agora que afinal foram votados 3 documentos favoravelmente. Até parece que a Câmara governa como que tivesse maioria. É hoje um dia feliz para o senhor Presidente da Câmara.

PONTO Nº 5 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO TURISTICO NO LUGAR DE POMARELHOS – SALVADOR DO MONTE

Usaram da palavra os senhores:

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que um dia a história será feita. As culpas do que venha a acontecer serão assacadas a quem as pratica.

Relativamente a este ponto, disse que faltam documentos, incluindo por exemplo um parecer do Ministério do Turismo relativamente à viabilidade do empreendimento.

Qual a capacidade financeira dos empreendedores? Há algum regulamento que preveja empreendimentos deste tipo? O que hoje estamos a analisar é um jogo no escuro. Será que estes empreendimentos que aqui nos aparecem com um fim específico, não se vão transformar em questões imobiliárias? Enquanto não houver garantias que estes empreendimentos são bem suportados, quer financeiramente quer legalmente, não os aprovará. Há sempre nestes processos coisas que embora o parecendo não o são.

PROF. JORGE PINTO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que comungava das preocupações do orador anterior. Estes documentos deviam trazer uma memória descritiva mais elaborada, dando a conhecer as garantias do empreendimento. Todos sabemos que estas declarações servem a maioria das vezes, para ir buscar apoios de alguns milhares de euros. Parece-lhe estranho que com a cota da Barragem a 62 seja viável uma marina. Quando muito, poderá ser construído um pequenos cais para atracagem de barcos de pequeno porte. Pediu à Câmara, que fiscalize este tipo de obras com rigor, para que sejam cumpridos rigorosamente os projectos e os fins a que se destinam.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra começou por dizer que a documentação é pouca e não permite aferir com rigor aquilo que se pretende. Por principio, sejam de quem forem as iniciativas que visem criar empregos são sempre bem vindos. A documentação vem datada de 2006 e estamos agora em Abril de 2008. Será que o interesse público é ainda hoje o mesmo? Não tem nada contra. Até queria votar a favor, mas não tem documentação

que lhe permita deliberar em consciência. Será que o empreendimento vai ser feito? Será que há efectivamente interesse público?

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra começou por referir-se às datas constantes nos documentos: 31 de Janeiro de 2006. Deu uma breve explicação acerca da forma como é feito o pedido. A declaração de Interesse Público a ser aprovada, só servirá para que, junto das entidades envolvidas no processo possa ser pedida a viabilidade do empreendimento. A lei assim o exige. Só depois disso é que será devidamente elaborado o projecto, que poderá ou não ser aprovado na Câmara. Não podemos ter neste momento a certeza se o empreendedor vai ou não realizar a obra. Não temos de momento outra solução que não seja aprovar esta declaração e contribuir para a viabilização da obra. Não devemos estar preocupados se o promotor tem ou não o dinheiro. Não compete à Assembleia preocupar-se com isso. Devemos aprovar a declaração solicitada.

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, referiu-se também à falta de mais documentação que, a existir, seria mais esclarecedora. Parte do principio que há boa fé nestes processos. Não tem dúvidas em votar estes processos. Confia em quem nas reuniões de Câmara aprovou o processo. Estes pedidos são prévios e só depois é que se podem submeter o processo à aprovação dos diferentes Ministérios. Quanto ao dinheiro que o promotor possa ou não ter não nos diz respeito. Sabe é que se o empreendimento não for realizado, também não haverá qualquer problema porque a declaração que agora se pretende fazer aprovar, caduca.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que o facilitismo não deve ser critério da Câmara. Vê com preocupação este tipo de actuação. Só votaria a favor se a Câmara perante a Assembleia garantisse que os empreendimentos são efectivamente para fins turísticos. É muito fácil agradar a uns e a outros. Contudo, é preciso haver responsabilidade e não se deve pactuar com negócios que, à partida, parecem um pouco obscuros.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA - IND

No uso da palavra, disse que acha estranho que só agora se peça um projecto para aquela área, quando se sabe que mais dia menos dia aqueles terrenos ficarão submersos com a subida das águas para a cota 65, se um dia isso se vier a concretizar. Afinal, vai ou não poder-se construir? Quem vê a documentação fica com a sensação que o projecto nasce muito perto do rio. Contudo, nada tem contra o empreendedor.

DR. PEDRO CUNHA - PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse que em tempos a EDP comprou terrenos até à cota 65. Ninguém vai arriscar construir nessas

zonas. O projectista nunca irá fazer um projecto utilizando esses terrenos. Se isso por acaso viesse a acontecer havia sempre a hipótese de impugnar esse acto.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente começou por dizer que se está complicar o que é simples. O que hoje se pretende é saber se o proprietário poderá ou não construir naquele local, precisando para isso de uma declaração da Assembleia, conforme exige a lei. Agora, temos de perceber que não há nenhum investidor privado que vá investir para o interesse público.

O proprietário explica o que vai fazer. A fluvina e o bar até poderão ser benéficos e de interesse público. Tem, como muitos, algumas dúvidas nalguns destes investimentos. A data que consta no processo, Junho de 2006, é a data de entrada, porque até hoje o processo não tinha tido qualquer avanço.

A propriedade dos terrenos é pedida na fase de licenciamento. A questão de legitimidade pôs-se também nessa fase. Os processos têm de começar por algum lado e no actual quadro legislativo é por aqui.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Disse que continuava com dúvida acerca do que é pedido. O que é pedido à Assembleia é que se desafectem terrenos da REN. É com esta declaração que o proprietário vai poder desafectar o terreno. Era preciso saber se efectivamente o terreno em causa tem ou não condições para suportar aquela infra-estrutura. Se um qualquer proprietário tiver em REN ou RAN um terreno poderá também construir? Pelo que normalmente se constata não pode. Terminou perguntando se aquele terreno será mesmo para aquele empreendimento?

O senhor PRESIDENTE DA CAMARA pediu de novo a palavra para dizer ao Dr. Emanuel Queirós que a declaração é só para aquele investimento e não pode ser para mais nenhum outro. Também não é verdade que se possa construir de qualquer maneira em terrenos REN ou RAN. Há situações pontuais onde isso é possível, respeitando as regras e a lei. Ninguém vai construir se não tiver uma certeza mínima do que vai fazer. O senhor Dr. Emanuel quer votar contra, mas não quer ficar com o odioso da questão.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1 do Dr. Macedo Teixeira

ABSTENÇÕES – 4 do Grupo Municipal AFT

VOTOS A FAVOR – 60

O documento foi aprovado em MINUTA por UNANIMIDADE.

Fizeram declaração de voto os senhores:

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

Disse que votou contra porque não vê na documentação qualquer justificação para votar favoravelmente.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

Absteve-se porque a falta de documentação esclarecedora o levaram a isso. O processo parece-lhe um pouco confuso.

PONTO Nº 6 - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE, ORFANATO, RESIDENCIAL PARA IDOSOS E CASA DE REPOUSO NO LUGAR DA TAPADA NOVA E VELHA NA FREGUESIA DE MANCELOS

Usaram da palavra os senhores:

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra começou por dizer que falta documentação para melhor poder analisar este pedido. Para votar em consciência deviam apresentar os estatutos aprovados, um parecer da Segurança Social, e a capacidade financeira da associação. Disse que anteriormente não votou contra ninguém, mas que em consciência não devemos ir contra a lei. É preciso prever o que está em causa para o futuro. Estão em jogo várias instituições em perigo. Será que a Câmara vai permitir a recorrência aos fundos estruturais. Será que com mais esta instituição a Câmara vai permitir a criação de emprego ou vai contribuir para o fomento do desemprego? Votará contra, porque a sua consciência assim o manda.

Entretanto o senhor **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREIXO DE BAIXO**, referindo-se ao título da proposta, disse que grande parte do terreno onde será construído o empreendimento situa-se em Freixo de Baixo e como tal entende que devia fazer-se referência a esse facto no título acrescentando no título Mancelos/Freixo de Baixo. Mesmo assim votará a favor.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra disse que para si é o propósito da Associação que está em causa.

Esta matéria de apoio aos idosos e crianças trata de assuntos muito sérios, até pelos problemas que se verificam regularmente no país.

Sabe que esta associação está sedeadada na Banda de Musica de Mancelos e é dito no requerimento que é uma IPSS, mas não existe nenhum documento que prove isso. Se o projecto for efectivamente executado, a instituição tem de ter a tempo inteiro um médico e um serviço de enfermagem, porque tão ambicioso empreendimento assim o exige.

Com dados concretos será o primeiro a subscrever a proposta. Entende que o processo devia ser revisto e como tal devia ser agendado para uma próxima Assembleia. Espera que este projecto não seja igual a muitos que agora infelizmente vigoram pelo país.

ENG. LUI VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que concordava com as palavras do orador anterior. Na informação técnica do arquitecto Mesquita vemos que o terreno com uma superfície de 6,5 ha se situa no PDM em Espaço Florestal, em Espaço Agrícola Complementar, em Espaço natural e em espaço afectado pela REN. Parece-lhe que o espaço não pode ser tudo ao mesmo tempo. Fica a dúvida. Relativamente à questão anterior, a situação continua a não ser clara. Na Comissão Regional da Reserva Agrícola se a declaração for de interesse municipal sem fazer referência ao interesse público serve. Se retiramos o público do interesse municipal, para a Comissão de Coordenação já não serve. É uma questão que continua em aberto mas que convém esclarecer.

SR. FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA

No uso da palavra, disse que numa reunião da Comissão de Acção Social, de que faz parte, foi decidido que essa associação fosse constituída numa IPSS. Disse ao Dr. Pedro que essa associação vai cumprir o que estiver estipulado na lei e como tal vai ter médico e serviço de enfermagem.

DR. EMANUEL QUEIRÓS - AFT

No uso da palavra, o senhor deputado disse que independentemente do fim a que se possa destinar, esta situação é quase igual à anterior. O Parecer refere uma parcela de terreno de 6ha, enquanto que o relatório da empresa refere duas parcelas, uma de 6 ha e outra de 7500 metros.

A declaração a emitir deve incidir só na área de construção e não sobre a totalidade do terreno. Parece-lhe um exagero tanto terreno.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que não se atrevia a dizer se o terreno é muito ou pouco. Essa situação tem de ser obrigatoriamente fiscalizada pela Câmara que certamente não deixará que o terreno seja utilizado para outro fim.

O passado já nos deixou algumas marcas no que diz respeito a este tipo de declarações. É preciso algum cuidado, porque podemos viabilizar projectos que depois não funcionam, ou funcionam muito pouco tempo.

SR. MANUEL TEIXEIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA GARCIA

No uso da palavra disse que fazia parte da direcção da Associação que agora faz o pedido. Explicou como nasceu o apoio por parte da freguesia de Mancelos. Nunca tiveram apoios do Estado. Tem hoje 16 idosos e fazem ainda domicílios. Parece-lhe que estão a funcionar bem e com condições razoáveis. O terreno vai ser todo preciso. Pode não ser

tudo ocupado de imediato mas existe uma maquete que mostra bem a dimensão dos edifícios a construir. Dará todos os esclarecimentos que forem necessários.

DR. MACEDO TEIXEIRA – PSD

Disse que estas obras não podem ser aprovadas tendo em conta interesses pessoais. Todas as obras devem assentar na lei. As IPSS têm no mínimo, o apoio dos Centros de Emprego.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que o terreno já é há muito tempo pertença da Associação. Está em REN e parte dele em Reserva Natural. Não devemos desistir de fazer coisas boas em favor dos idosos e das crianças. Não podemos é continuar a apoiar IPSS formadas a esmo só por questões políticas e onde cada vez mais a assistência é pior. Tem de começar a haver mais entendimento entre as Juntas de Freguesias e a Câmara para termos em Amarante uma verdadeira rede social.

Em Aboim estão neste momento a concluir as obras. Só depois serão IPSS. O Projecto de Vida está a funcionar sem o apoio da Segurança Social porque ainda não cumpre os itens legais exigidos. Devem criar-se instituições de qualidade. Travanca está ligada à IPSS de Vila Meã. Se não quer lá pertencer que digam. Agora não podem é andar a brincar com coisas sérias.

DR. PEDRO CUNHA – PSD

No uso da palavra, disse que depois do que ouviu ficou ainda mais baralhado. Em primeiro lugar o Presidente da Junta de Travanca vem dizer que é uma IPSS, enquanto que a Câmara diz que não. Depois a Câmara diz que quando compraram o terreno já sabiam o que estavam a comprar. O Presidente da Junta de Vila Garcia explicou qual o fim a que se destina. Então, afinal qual é a posição da Câmara em todo este processo?

SR. FERNANDO CUNHA – PRESIDENTE DA JUNTA DE TRAVANCA

No uso da palavra disse que não quis lançar a confusão. Apenas disse que aquela instituição bem ou mal é uma IPSS. Também é verdade que há muita oferta e poucos utentes. A segurança Social tem de definir as regras, coisa que até agora ainda não aconteceu.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer que se lhe perguntarem se quer tudo para Amarante, é evidente que vai dizer que quer. Agora é preciso confrontar tudo isso com a realidade e como é que tudo vai ser pago. Em reunião havida em tempos com a direcção do Sonho de Vida disse-lhes que aquele empreendimento iria ter muitas dificuldades em ser aprovado. Uma instituição para funcionar em condições tem de ter um

bom suporte financeiro e não estar sempre à espera de subsídios. É preciso ter muito cuidado com aquilo que se quer aprovar.

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA – IND

Disse que é sempre a favor destas instituições. A Santa Casa da Misericórdia não tem neste momento vagas e tudo que sejam alternativas é bom. Daí, os privados terem todo o direito de fundar esses lares. Não é contra os subsídios que são dados a essas instituições desde que sejam entregues a pessoas responsáveis e que sejam capazes de tirar partido desses investimentos.

PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA

No uso da palavra disse que é preciso haver planeamento para estas instituições. Verifica-se que não tem havido um planeamento global nem estratégia. Passa-se por exemplo o mesmo com os Jardins de Infância, que já vão buscar crianças a outras freguesias porque não têm nas suas freguesias crianças que cheguem. É por isso que começa a ter dúvidas na construção dos tão falados centros escolares que se calhar não vão ter crianças. Vai certamente, ser preciso rever a situação e se calhar vai ser necessário rectificar a carta educativa. Começam a existir IPSS a mais. É preciso planear.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato á votação deste ponto, de que resultou a seguinte votação:

VOTOS CONTRA – 5

ABSTENÇÕES 21

VOTOS A FAVOR – 38

Foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE

Fizeram declaração de voto os seguintes deputados:

DRA. ERCILIA COSTA, que disse que o seu voto não foi contra a acção em si, nem contra a instituição, mas pelo facto de lhe parecer que o projecto tem demasiada ambição para ser construído. As valências são demasiado grandes.

Por sua vez o senhor Engenheiro **ALBERTO SAMPAIO,** disse que fazia parte de uma Associação e sabe quais as dificuldades das IPSS. Pediu à Câmara que apontasse zonas prioritárias mas que acima de tudo se fizesse uma discussão séria acerca desta matéria. Daí o seu voto ter sido favorável.

O **DR. MACEDO TEIXEIRA,** disse que para uma melhor análise deviam existir os Estatutos da Associação aprovados pela tutela. Faltam também os pareceres da Segurança Social e relatório da capacidade financeira da Instituição. O seu voto contra vai também de encontro às razões apontadas pelo senhor Presidente da Câmara que assentam na objectividade e na seriedade.

O **DR. EMANUEL QUEIRÓS,** disse que votou em coerência com as suas dúvidas e independentemente de quem seja o promotor. A sua

abstenção deve-se também ao facto de não conseguir também perceber que área de terreno é que vai ser ocupada, uma vez que não se percebe muito bem se é uma parcela ou duas.

PONTO Nº 7 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE AGRO-TURISMO NO LUGAR DO BAIRRO NA FREGUESIA DE FIGUEIRÓ.

Usaram da palavra os senhores:

DR. EMANUEL QUEIRÓS, que no uso da palavra disse que a exemplo dos anteriores este processo traz pouca documentação para análise. Continua a ter dúvidas quanto ao interesse do empreendimento.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou da palavra para dizer que este empreendimento é o aproveitamento de uma construção já existente. O proprietário apenas quer melhorar as instalações e para isso precisa do terreno que possui à volta do existente. Não vê nisso qualquer dificuldade.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi o ponto posto de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 4

VOTOS A FAVOR – 53

Foi também aprovado em Minuta por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 8 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL SOLICITADA PELA REFER PARA A SUPRESSÃO DA PN AO KM 51+951 NA LINHA DO DOURO

Usaram da palavra os senhores:

DR. ABEL COELHO – PS

No uso da palavra, começou por referir-se à declaração de voto do Vereador Carlos Silva inserta nos documentos agendados e que não entende muito bem. Essa declaração fala em falta de seriedade. Perguntou então ao senhor Vereador quem é que afinal comanda os cordelinhos da comunicação social e onde é que há falta de seriedade neste processo por parte da Câmara? O senhor Vereador tem de perceber que está a pôr em causa o bom nome das pessoas. Pediu para ele esclarecer aquilo que escreve na declaração de voto que apresentou aquando da aprovação na Câmara.

Foi então dada a palavra ao **senhor Vereador CARLOS SILVA**, que disse que prescindia dela, para dar qualquer explicação. Disse que a sua cidadania activa se resume agora às reuniões de Câmara como autarca.

O **DR. ABEL COELHO** usou de novo a palavra para dizer que ninguém pode escusar-se a prestar declarações à Assembleia, o órgão

fiscalizador da vida autárquica. O acusado pode ser ele e como tal pediu-lhe de novo para que se retrate. A resposta do Vereador Carlos Silva não o surpreende. Cada vez compreende melhor a proposta que lhe retirou os pelouros. Diz o povo e com razão "diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és". Este ditado sai reforçado depois de ter ouvido o nome do Carlos Silva ser dito 5 vezes pelo senhor Ferreira Torres no programa Amarante TV.

O **DR. EMANUEL QUEIRÓS**, usou também da palavra para dizer que o que agora se discute é vergonhoso para a Assembleia. O Dr. Abel vem para a Assembleia tentar humilhar as pessoas. Não trouxe nada de interesse para a discussão do assunto em causa e apenas se preocupou com fait-divers.

O senhor deputado **DR. PEDRO CUNHA**, dirigiu-se ao senhor Vereador Carlos Silva dizendo-lhe que a resposta que anteriormente deu não satisfaz ninguém. Ele é Câmara e como tal tem a obrigação de esclarecer as pessoas. Se o senhor Presidente da Câmara usasse o mesmo método, imagine-se qual o interesse da Assembleia.

Leu de seguida parte da carta da Administração da REFER, solicitando a declaração, e perguntou porque é que só agora é pedida esta declaração quando, segundo a REFER, o projecto já não está aprovado.

De seguida foi dada a palavra ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que, referindo-se ainda a assuntos anteriores diria que não há ainda nenhum estudo de impacto ambiental nem projecto para a Barragem de Fridão.

Continuou a sua intervenção para dizer que agiu com o Engenheiro Carlos Silva com toda a transparência. Disse também que em tempos o Engenheiro Luís Ramos fez o que devia quando lhe tiraram a confiança. Fez o que devia e foi-se embora com toda a dignidade.

Referiu-se depois ao ponto em análise, para dizer que nesta questão há o interesse público. Só se pode pedir a desafecção da REN depois de se saber qual a área a utilizar. A Câmara colaborou com a REFER de modo a ser encontrada a melhor solução para aquela passagem. O projecto é da REFER, está aprovado, sendo neste momento do agrado da população. A responsabilidade da Câmara neste processo apenas está na colaboração da solução encontrada.

Usou de seguida a palavra a senhora deputada **DRA AMÉLIA OLIVEIRA** que disse ao senhor Presidente da Câmara que ele não pode estabelecer qualquer paralelo entre o que aconteceu com o engenheiro Carlos Silva e o Engenheiro Luís Ramos. Não é verdade que o PSD tenha retirado a confiança política ao Engenheiro Luís Ramos. Ele saiu apenas por razões pessoais. A situação é totalmente diferente.

DR. EMANUEL QUEIRÓS – AFT

No uso da palavra, disse que o senhor Presidente da Câmara devia em primeiro lugar explicar melhor todo este processo, porque este sim, é um investimento de interesse público. Faz-se referência a um parecer da

DU que não consta na documentação, mas que também não o vai impedir de votar a favor.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou de novo a palavra para dizer que a documentação tem de estar à disposição das pessoas para poder ser consultada. Há casos em que é impossível mandar toda a documentação. Este projecto nem sequer precisa de ser aprovado pela Câmara, mas a Câmara deu parecer favorável ao projecto da REFER. É neste sentido que não se justifica a declaração de voto do Engenheiro Carlos Silva. Andamos todos a abusar das declarações de voto e usam-se muitas vezes para fugir à responsabilidade civil ou até criminal. Referiu uma declaração de voto que em tempos o PS e o Dr. Amadeu Magalhães subscreveram e que dizia respeito ao transporte de uma senhora para o Porto onde ia amamentar 4 crianças gémeas. Era ilegal. Votaram contra e fizeram uma declaração de voto para justificar que não podiam fazer isso. Propôs então dar todo o auxilio que fosse possível, mas que estivesse regulamentado. Mas só depois do funcionário da Tesouraria ter dito que não assinava o cheque porque isso seria ilegal é que os restantes Vereadores concluíram que efectivamente havia ali ilegalidade. Nessa altura e porque foi dado o dito pelo não dito é que se fez uma declaração de voto aquando da votação da proposta. É para isso que servem as declarações de voto, para justificar os votos contra.

O **DR. PEDRO CUNHA**, usou de novo a palavra para solicitar, de futuro o envio de toda a documentação para os lideres do partidos com assento na Assembleia, para se acabar de vez com o problema da falta de documentos. A sua proposta não foi aceite.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o assunto foi de imediato posto à votação. Dessa votação apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 0

VOTOS A FAVOR – 57

A provado em Minuta por UNANIMIDADE

Como não havia mais nenhum assunto agendado, foram dados por terminados os trabalhos quando eram 19 horas. Desta sessão foi lavrada a presente acta que depois de lida a aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

